

Inovação na zona cinzenta de transição

Denise Leite *

Ana Braga **

Maria Ely Genro ***

Adriana Campani ****

Alexandre Steffen *****

Resumo

O artigo se deriva da pesquisa *Inovação como fator de revitalização do ensinar e do aprender na Universidade*, desenvolvida pela UFRGS, UFPel, UnB e UBA (Argentina). Discute a inovação que emerge por dentro dos sistemas universitários e se caracteriza por apresentar uma ruptura com os paradigmas vigentes, uma transição para um novo padrão (a zona cinzenta) e uma reconfiguração de saberes/conhecimentos. Especialmente se analisa no artigo o caso da educação popular, disciplina que se sustenta pela integração entre ensino, pesquisa e extensão. Neste caso o inovador é a presença de diferentes culturas e olhares, transdisciplinares, construindo um conhecimento onde os sujeitos são protagonistas. No processo, subjetividade e cidadania se articulam para romper com o estabelecido; o ensino e a aprendizagem se revitalizam pelas múltiplas possibilidades de resgate do humano na relação educativa.

Palavras-chave: Inovação - Universidade - Ruptura paradigmática

Abstract

This article is part of research project *Innovation as a factor of teaching and learning revitalization at the University*, desenvolvida pel UFRGS, UFPel, UnB, e UBA (Argentina). Discuss Innovation inside university system. Innovation is featured by paradigmatic rupture and transition and reconfiguration (re-shape) of scientific and commom sense knowledge. Specially, analyses the case "Educação Popular"- a graduate course where teaching, research and extension are integrated themes. The innovation in this case can be identified by the presence of the different and transdisciplinary regard and cultures, where people involved is action protagonist. In the proces, subjectivity and citizenship are articulated by knowledge construction and rupture with established paradigms; teaching and learning are revitalized by the multiple possibilities of thr humanistic rescue of a new educative relation.

Key-words: Innovation - University - Paradigmatic rupture

* Professora UFRGS

** Ddo PPGEDU UFRGS

*** Ddo PPGEDU UFRGS

**** Bolsista FAPERGS

***** Bolsista CNPq

UFRGS: Programa de Pós-graduação em educação - Av. Paulo Gama, s/n.º - Prédio 12201, 7.º andar - Porto Alegre

1. Introdução

A pesquisa Inovação como fator de Revitalização do Ensinar e do Aprender na Universidade, tem como questão central a inovação na Universidade. É uma pesquisa em desenvolvimento e realiza-se na Universidade de Buenos Aires, bem como em três universidades federais brasileiras: UFRGS, UFPel e UnB, envolvendo, ainda, a UNISINOS e a FURG. O presente trabalho, como parte da pesquisa na UFRGS, tem a intenção de trazer elementos que possibilitem avançar no discernimento necessário entre inovações regulatórias, que costumam ser implantadas pelos sistemas, e as inovações emancipatórias, que costumam emergir por dentro destes mesmos sistemas, portanto de suas bases. Quando começamos a pesquisa sabíamos que a idéia de inovação estava contaminada. Seu poder explicativo servira, nos anos 60 e 70, para consolidar a idéia do novo, do original no sistema, em que a estratégia político-administrativa implantava e discriminava o que era e o que não era o inovador. Nos anos 80 e 90 serve à consolidação do projeto hegemônico com iniciativas que envolvem desde a avaliação institucional até a procura da qualidade (total) dos sistemas, introdução de artefatos tecnológicos desde os mais simples até os multimeios, que teriam o poder de transformar o sistema educativo.

Nossa proposta inicial de pesquisa foi procurar experiências inovadoras, no âmbito da Universidade, que diferissem dessas perspectivas por apresentarem:

uma **ruptura** clara com os paradigmas vigentes (dos quais o positivista seria o mais conhecido); ou

uma **transição** para um novo padrão; ou ainda

uma reconfiguração de saberes/conhecimentos.

Na garimpagem das possibilidades, localizamos o caso da **educação popular** ao qual se seguiram, a **avaliação** na UFRGS; a **tecnologia educacional** na Unisinos; a **aula universitária** na UBA e na UFPel; o **vestibular** e a **formação de professores** na UFPel; o **projeto utopias concretizáveis interculturais** na FURG; as **aulas práticas** na UnB e UFPel. Na busca destes casos, como grupo humano de pesquisa, estamos ampliando nossa capacidade de tolerância, de aceitação da diversidade e, no exercício da pesquisa interinstitucional, transgredindo metodologicamente nossos próprios limites atuais de fronteiras e territórios. Esta postura transgressora tem a cumplicidade de Boaventura de Souza Santos, para quem os dilemas trazidos pelas pós-modernidades situam, ampla e diversificadamente, as opiniões em duas grandes tendências: os defensores do paradigma da modernidade para os

quais as infinitas possibilidades de articulação que contém, são as salvaguardas para a sua garantia e continuidade, pois este seria o melhor projeto sócio-cultural que a humanidade já construiu e consolidou; e os opositores, que consideram que o paradigma durante séculos visto como a única possibilidade da humanidade, na atualidade deixa transparecer não uma crise de crescimento, como tantas que o sustentaram e continuam sustentando, e sim, um abalo de suas certezas, o que constituiria uma crise de degenerescência. A crise de degenerescência abala suas certezas, como a de um crescimento harmonioso com justiça social para todos, instalando o descrédito e as incertezas, que se estão configurando nas chamadas pós-modernidades. É este abalo, que proporciona interstícios cada vez em maior número e consistência, alimentados justamente pelos mais diversos sinais de esgotamento do paradigma hegemônico. Um novo paradigma que está ou poderá ser gestado, se articula justamente nesses vácuos, e seu fortalecimento cada vez mais palpável dependerá do discernimento dos grupos sociais e políticos, dentre os quais se colocam os acadêmicos.

Por pretendermos nos colocar neste segundo grupo, pois acreditamos que a universidade tem uma fundamental contribuição a dar, buscamos inovações que nascem da base universitária, e por isso, necessitam ter reconhecidas e incentivadas suas energias emancipatórias como possibilidades de revitalização do sistema.

Isto posto, vamos trazer as primeiras aproximações da discussão dessas questões com o caso da educação popular, em estudo na UFRGS e as reflexões de Boaventura Santos sobre certezas e incertezas paradigmáticas.

2. Inovação na UFRGS: O caso da Educação Popular e do NEP

O primeiro caso em estudo na pesquisa foi o de educação popular, pois sua configuração atendia aos critérios de ruptura, transição e reconfiguração de saberes.

O trabalho de educação popular desenvolve-se no programa de Pós-graduação em Educação na UFRGS, tendo por objetivo a dinamização da sociedade civil, o entrelaçamento de suas diferentes instituições, possibilitando um espaço de interação cultural educativa, onde o movimento popular, a universidade e o poder público se produzam mutuamente. Através do processo produtivo, organização das mulheres papeleiras buscando sua sobrevivência, objetiva-se a organização popular, politicamente voltada para a qualificação da vida e a construção do futuro.

Os procedimentos de trabalho envolvem a interação permanente entre os educadores, mulheres papelarias, representantes do governo municipal, técnicos e outros representantes de entidades não governamentais na busca de alternativas quanto ao funcionamento técnico dos galpões, sobre questões econômicas, relações interpessoais e questões políticas gerais. A dimensão filosófica deste projeto está presente na reflexão sobre os processos de trabalho - sua natureza, seu significado, seu sentido e finalidade - que se institui na nossa sociedade e suas possibilidades potencializadoras na transformação das práticas dos sujeitos visando a realização individual e coletiva. Resgata-se assim, o trabalho como princípio educativo nos projetos de educação popular.

Os resultados inovadores observados neste projeto, evidenciam-se no processo de construção do conhecimento, fruto da configuração dos diferentes saberes e poderes instituídos e instituintes das práticas sociais com a finalidade de construção de uma sociedade mais justa e democrática. Esse processo de construção dá-se tanto na orientação dos educadores populares, quanto na produção de pesquisas sobre a temática quanto nas atividades de sala de aula oportunizadas pela disciplina de mesmo nome. Esta dinâmica envolve a ação de diversas entidades, entre as quais está a Universidade, na construção de efetivas possibilidades de atuação sobre as condições de vida, trabalhando com as diferenças, como elementos desencadeadores de uma cidadania dignificada e plural no fortalecimento dos espaços públicos.

Para a pesquisa, o objetivo do estudo é analisar o projeto de Educação Popular e seu trabalho de extensão com assessoramento aos educadores populares e detectar as perspectivas inovadoras que influem nos processos de ensino, pesquisa e aprendizagem na universidade. Tal projeto envolve mulheres papelarias de Porto Alegre e região metropolitana, através do NEP - Núcleo de Estudos e Assessoria em Educação Popular - localizado junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS.

No primeiro momento da construção do caso, para fins de investigação, momento este de descoberta, percebe-se uma articulação dinâmica, produtiva, entre ensino, pesquisa e extensão, prática pouco desenvolvida na Universidade de uma forma integrada. Para compreendermos o processo, estabelecemos contatos com NEP, dialogando com seus pesquisadores que informaram a produção dos alunos e do professor (coordenador do projeto). Os elementos obtidos foram contextualizados na história da Faculdade de Educação.

Após a realização de uma entrevista com o professor /coordenador do projeto e a leitura de suas produções teóricas, retomou-se a construção do

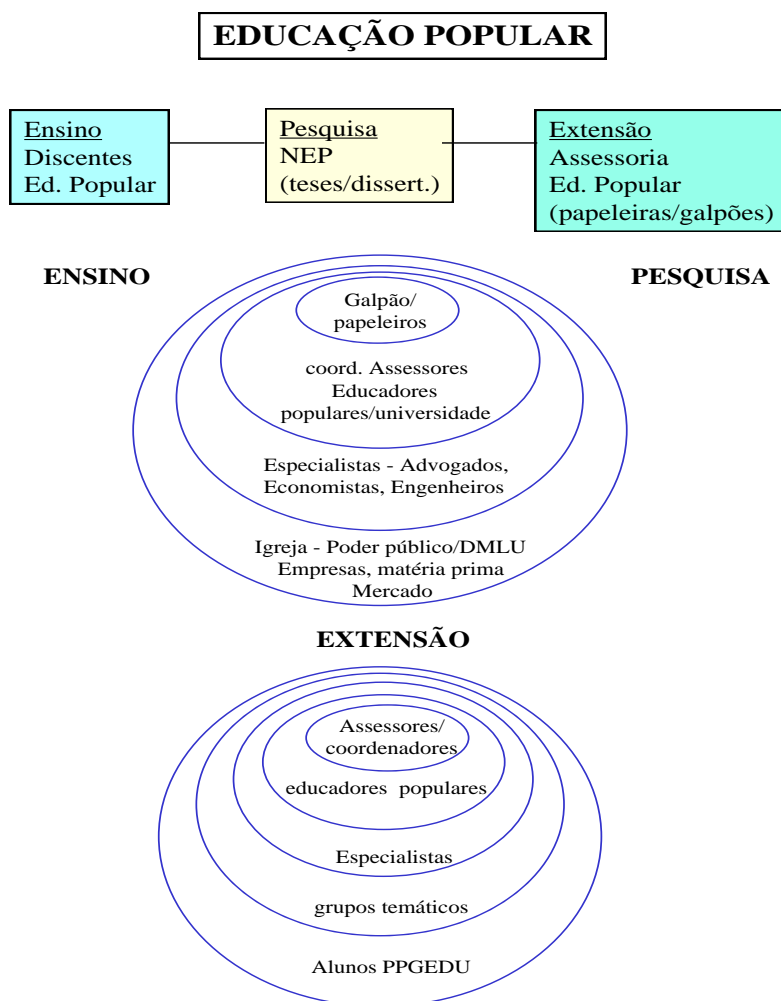
caso, definindo melhor os seus elementos constitutivos, como os sujeitos e a filosofia do projeto e outros. Neste processo foram se reduzindo as lacunas existente e se esboçando os primeiros entendimentos da dinâmica confirmatória de uma inovação.

Numa etapa posterior, buscamos compreender os diferentes olhares sobre as questões que diziam respeito a possibilidade da emergência do caráter inovador do projeto: entrevistas com os papeleiros em ação nos galpões, educadores populares e com os alunos universitários da disciplina Educação Popular do PPGEDU.

Constatamos a relação produtiva de ensino, pesquisa e extensão, como um primeiro fator percebido de ruptura, de inovação numa perspectiva emancipatória. Este processo esta presente nas diferentes relações institucionais e interpessoais.

Na figura 1 tem-se a configuração da dinâmica do projeto do NEP que envolve ensino pesquisa e extensão de forma integrada. Os círculos concêntricos indicam (1) as esferas de ação das diferentes entidades e (2) a posição dos diferentes atores. Observa-se que os alunos universitários não mantêm contato direto com a ação dos papeleiros, com exceção daqueles que efetivamente realizam nos galpões as suas investigações.

Figura 1



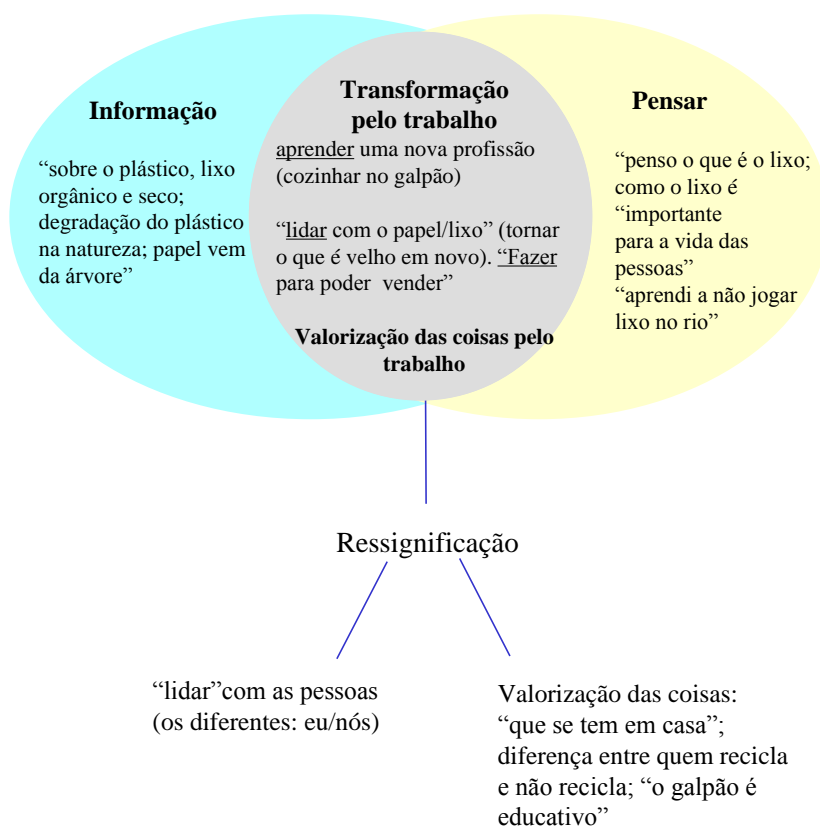
Nas figuras posteriores explicitaremos a análise da fala dos diferentes sujeitos - papeleiras, educadores populares e dos alunos do PPGEDU - sobre o trabalho realizado e seu caráter educativo.

Figura 2

Trabalho em educação popular

Na visão das papeleiras:

•Interfere na comunidade, não só nos que estão trabalhando, ensina pais, filhos e vizinhos.



Nestas análises preliminares exemplificadas pelas figuras 2, 3 e 4, observa-se que tanto as papeleiras nos galpões, quanto os alunos na universidade e os educadores populares diretamente atendidos pelo NEP, referem que o trabalho de Educação Popular interfere em suas vidas.

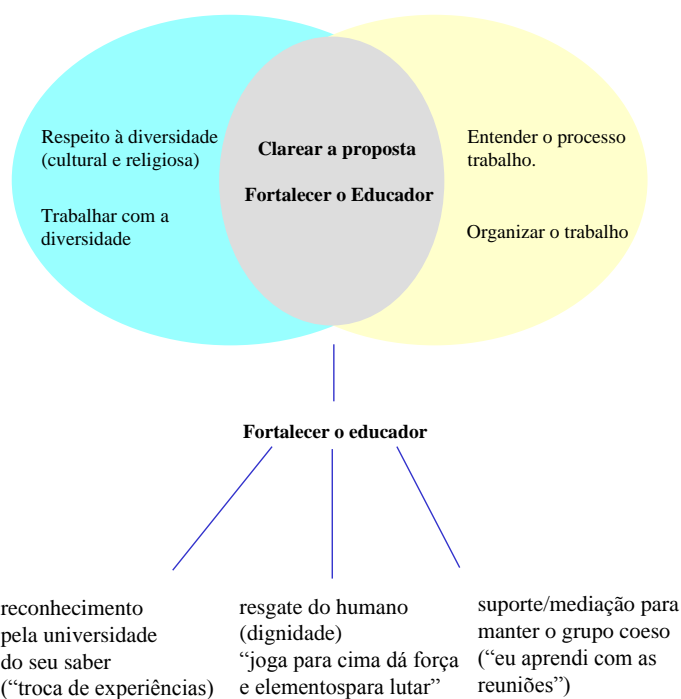
O trabalho educativo, no caso das papeleiras (figura 2) com fins econômicos de sobrevivência dessas mulheres e suas famílias favorece: a) informações, b) faz pensar e c) induz transformações. Estas transformações se dão pelo aprendizado de uma profissão que pode ser até mesmo a de cozinheira, para além da precípua de catador e reciclador de lixo. No processo, a informação foi o passo inicial, mas a consciência de que o lixo é matéria prima, tem importância econômica e ecológica, precede a idéia transformadora do “fazer” para “transformar”, para vender. O processo transformador do trabalho carrega consigo uma ressignificação das coisas: a constatação da diferença, ou seja, a percepção da própria subjetividade frente às subjetividades dos outros; valorização, antes não percebida, de que as coisas (que se tem em casa) tem valor de troca, que agregam valor mediante a transformação produtiva do trabalho. Ou seja, o galpão é educativo: não nos moldes da reprodução da informação, da sujeição ao conhecimento trazido pelo outro, mas nos moldes da emancipação, zona cinzenta de transição, onde se constróem novas possibilidades de libertação humana.

Figura 3

Trabalho em educação popular

Na visão dos educadores:

- Interfere na vida cotidiana, no todo da comunidade; na organização, voltada para a pessoa humana, resgata a identidade das pessoas, é uma troca de experiências.
- Manter a assessoria é trabalho desgastante.



Na visão dos educadores populares, o trabalho feito no NEP constitui uma troca de experiências, primeira sinalização para a reconfiguração de saberes, enquanto resgata a identidade das pessoas, manter a assessoria aos galpões "é trabalho desgastante". Para fins de análise, a partir das falas dos educadores populares, infere-se que exista um primeiro nível de mudança que é entendido como respeito à diversidade e o aprender a lidar com esta

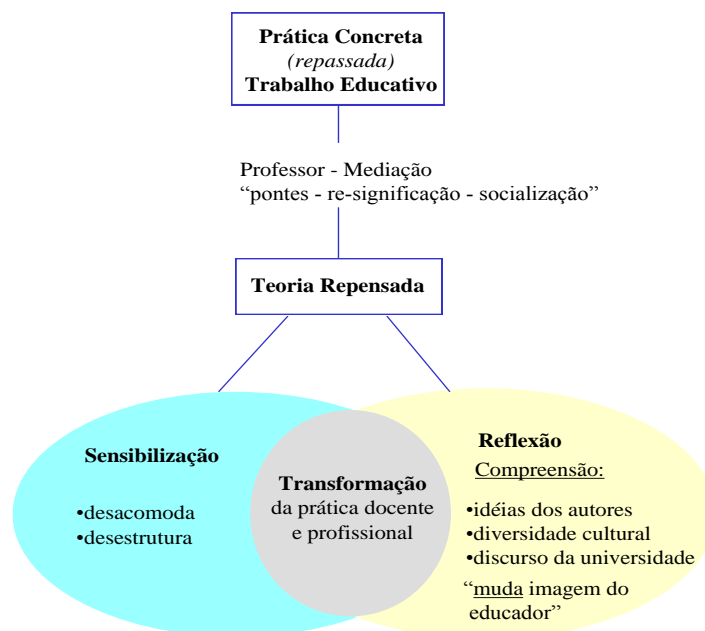
diversidade. Em um segundo nível, cognitivo no caso, se dá o entendimento do processo de trabalho em si mesmo e a sua organização. No nível de transição, identifica-se que os educadores conseguem “clarear a proposta” enquanto se fortalecem como educadores. O fortalecimento compreende, em suas expressões, o reconhecimento de seu saber pela universidade (reconfiguração); o resgate do humano na relação de trabalho tanto com as papeleiras como no grupo, o qual “dá força e elementos para lutar”, constrói mediação e suporte para manter a coesão no espaço produtivo.

Figura 4

Trabalho em educação popular

Na visão dos alunos:

- Interfere, desacomoda, desestrutura o saber científico.
- Interfere pouco: “a sala de aula deverá ir lá construir alternativas junto com o grupo”.



Os alunos universitários referem a prática concreta que lhes é repassada nas aulas, mostrando o princípio educativo do trabalho. Esta prática repassada pelo professor ou pelos convidados que vão à sala de aula (papeleiros ou educadores ou assessores) ajuda os alunos a ressignificar e repensar a teoria. Com isto, constróem pontes entre seu pensamento /consciência e as estruturas sociais.

O primeiro nível deste processo se dá por uma certa sensibilização - há uma desacomodação do aluno, uma desestruturação que não lhes permite ficar/pensar como o faziam. Segue-se a este momento uma reflexão que permite compreender melhor as idéias dos autores lidos, a diversidade cultural e o próprio discurso da universidade. Por outro lado, muda a visão que eles tinham do educador como repassador de conteúdos e teorias acabadas. O professor tem outra imagem - é um mediador. Para alguns alunos se observa que a experiência vivida em sala de aula vai produzir transformações na sua prática docente ou na sua prática profissional (exemplo do médico com relação ao entendimento de quem é o seu cliente das classes populares)

A análise deste e de outros casos que estamos estudando, prende-se à procura que fazemos sobre a emergência de inovações iluminadas por outros paradigmas. Nesta caminhada, com os textos de Boaventura Santos em mãos, estamos discutindo os conflitos entre paradigmas e, como no caso da educação popular, entendendo que as inovações em estudo estão ocorrendo na zona cinzenta da transição. Para aprofundar esta possibilidade, estudamos em artigo anterior¹, a modernidade, suas racionalidades e paradigmas. Neste artigo, criticamos a posição anterior de Santos, especulativa, sobre a emergência de um novo paradigma e discorremos sobre sua visão mais recente de transição paradigmática. Tal análise se fez necessária para auxiliar nossa leitura da prática de pesquisa encaminhada pelos entendimentos do caso da Educação Popular.

3. Conflito entre paradigmas: inovação na zona cinzenta de transição

Após a densa caracterização da modernidade, de suas racionalidades e princípios que orientaram os paradigmas ainda hoje dominantes, Boaventura Santos, desenvolve (Introdução a uma Ciência Pós-Moderna, 1989; Original

¹ **A universidade futurante:** a inovação entre as certezas do passado e as incertezas do futuro. Campinas, Papirus, 1997 (No prelo)

de 1985/1986: Um discurso sobre as Ciências, 1993; O social e o político na transição Pós-Moderna, 1994.) a idéia de transição paradigmática.

Nesta configuração que o autor chama de “uma síntese pessoal embebida na imaginação” (1993,p. 36) fica clara a articulação do conhecimento científico com o social. Esta especulação em torno de um novo paradigma aponta a necessidade de um “conhecimento prudente para uma vida decente” (1993,p. 37).

As teses que sustentam esta idéia resumem-se em quatro pontos:

- todo conhecimento científico natural é científico social;
- todo conhecimento é local e total;
- todo conhecimento é auto-conhecimento;
- todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum.

A proposta de um paradigma emergente, através da via especulativa, envolveria a socialização da ciência natural onde o questionamento central se situa nos fins do conhecimento para a emancipação da sociedade e dos homens como subjetividades inseridas no social. Tendo a ciência moderna fragmentado o conhecimento em espaços especializados, definidos, precisos, o paradigma emergente “derreteria” as fronteiras entre os conhecimentos. Colocaria Sujeito e Objeto em tensão permanente - “um conhecimento tão compreensivo e íntimo que não separe, antes nos una pessoalmente ao que estudamos”.(1993, p.53)

Várias críticas poderiam ser levantadas à forma como Boaventura, na época, colocava as fundações de um paradigma emergente. Dentre elas, a possibilidade de substituição de um paradigma pelo outro pela criação de um novo padrão; a insuficiência de concepção, não fundada na prática - o que se deduz da afirmação de que o paradigma emergente seria mais contemplativo do que ativo (1993,p. 54), mais próximo da criação literária ou artística. Deduz-se também que a afirmação de que o conhecimento científico visa constituir-se no senso comum, induz à idéia de um padrão que por ser novo, não é necessariamente dialético, uma vez que proporia a substituição, ou conversão, de um conhecimento pelo outro. A fundamentação do “novo” paradigma seria teórica e especulativa sem relação definida com a prática. Em verdade, o autor lançava idéias que ele próprio caracterizava como de uma fase de transição e que não se apoiavam em projetos concretos de investigação.

Anos após, o autor avança no delineamento destas idéias com apoio em experiências concretas e práticas levantadas junto a ONGs, favelas, movimentos sociais, novos movimentos sociais, movimentos das

comunidades de fronteiras, constituídos por intelectuais ou comunidades eclesiais de base, e/ou movimentos ecológicos entre outros.

Em Pasárgada 2, que veio a público em 1994, portanto uma década após, o autor apresenta a idéia de heteropia como uma nova epistemologia, criando alternativas em diferentes dimensões, a partir de uma arqueologia virtual do presente que escava possibilidades que podem ou não acontecer. A heteropia se constrói para além da utopia, fazendo antever possibilidades concretas de uma transição paradigmática. Não existiria para Boaventura, um paradigma pós-moderno mas uma pluralidade paradigmática. Esta pluralidade surge da análise da modernidade e da constatação do esgotamento daqueles padrões antes tidos como científicos e adotados pelas comunidades da ciência. Os novos padrões de ciência e de conhecimento propõem o olhar para as margens, pois o centro se constrói pela margem: o país central pelo o periférico, o norte pelo o sul do hemisfério, o conhecimento científico pelos saberes comuns; o saber hegemônico pelos hegemônico; os saberes oficiais pelos alternativos; propõe o olhar para outras racionalidades, além da cognitivo-instrumental. Por que este olhar? Porque é preciso expandir os conflitos entre os paradigmas, ampliar os conhecimentos, para que emergja o novo. Não o novo padrão ao qual se filiar, mas a expansão das alternativas de entendimentos da prática social e individual e de formas de articulá-las em uma direção emancipatória e socialista. Aqui sim, o socialismo volta como a utopia da sociedade mais justa e melhor para todos. Libertada do socialismo real, tal utopia como “conjunto de práticas emancipatórias” (1994, p. 278), se opõe ao capitalismo, cuja definição paradigmática é dada pela expansão econômica e pela propriedade privada dos meios de produção, pela industrialização e desenvolvimento tecnológico infinitos e pela dicotomia natureza e sociedade.

Como “vibrações ascendentes de fragmentos” um novo olhar paradigmático se construiria a partir de áreas de conflitualidades explícitas. Dentre elas, destacam-se: a) conhecimento e subjetividade; b) padrões de transformação social; c) poder e política. Nestas três grandes esferas os paradigmas da ciência e sociais englobam o epistemológico, o social, o cultural e o psicológico. Seu direcionamento maior será a emancipação humana onde as subjetividades e a cidadania assumem uma relação de equilíbrio.

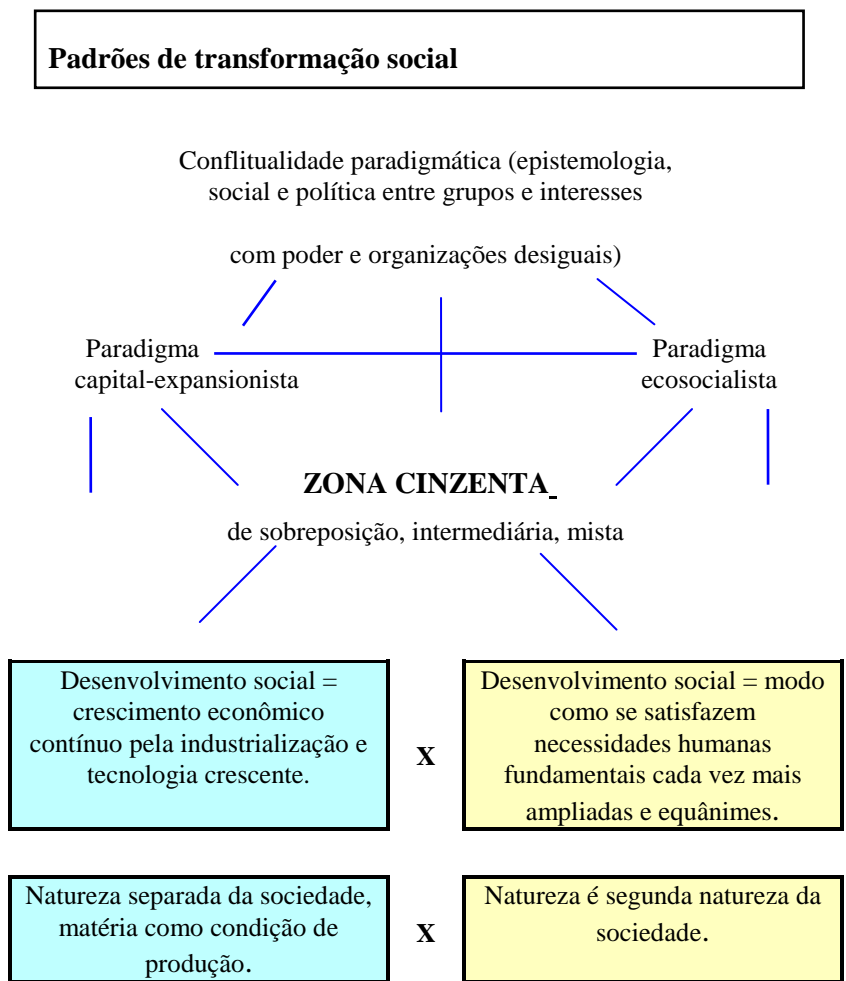
Partindo da idéia anterior (de 1985) de que todo conhecimento é auto conhecimento, o conflito entre **conhecimento e subjetividade** vai gerar uma nova subjetividade. Inventar alternativas de realização humana. Será válido se puder ser apropriado pelos homens a quem se destinam estas alternativas. O

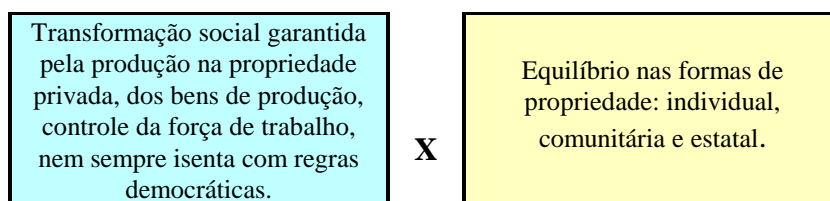
conflito epistemológico invade o psicológico. O homem nesta possibilidade é um ser multidimensional, ou seja, entendê-lo apenas como racionalidade cognitivo-instrumental não basta. É preciso captar, também, as dimensões moral-prática e estético-expressiva, afetiva e emocional, dentre outras.

É preciso captar o abstrato dentro do concreto, material, do humano, valorizando a permeabilidade da condição humana como constelação de subjetividades e não como unidimensionalidade. A construção da amplitude concreta da subjetividade exige um dispositivo intelectual que articule a inteligibilidade do ser humano com a problematização do sentido da vida e da sociedade. Esta é a via para a construção da solidariedade concreta na vida individual e coletiva. Ou seja, criticando a modernidade, não basta um conhecimento que dê conta do fazer ciência e não contemple o próprio homem em todas as suas necessidades.

A longa análise dos padrões de **transformação social** realizada por Santos (1994) privilegia o paradigma ecosocialista como um paradigma em construção/oposição, frente ao paradigma capitalista-expansionista ou hegemônico. Na figura 5, que elaboramos a partir das idéias do autor, tem-se a configuração dos padrões. Nele se caracteriza a zona cinzenta de transição.

Figura 5





Braga, 1996

Como construção intelectual o padrão de oposição emergente, que Santos está caracterizando como ecosocialista, tem na preservação da dignidade humana seu maior desafio. O diálogo intercultural e horizontal seria a condição para a construção intelectual do paradigma ecosocialista, cujo valores fundamentais são as necessidades e a dignidade humana. Construído nas margens, captado da ação dos movimentos sociais, das ONGs locais e transnacionais e outros, o paradigma ecosocialista emergiria da diversidade de tradições que estes movimentos apresentam.

A terceira dimensão de conflito que está apontando para a transição paradigmática é a relação entre **poder e política**. O objetivo que está no horizonte é a luta civilizacional, que extrapola a luta de classes. Isto significa a existência de uma nova sociabilidade, a transformação radical do consumo, da educação, da emancipação, além da transformação das relações de produção. A questão central aqui reside na compreensão das formas de democracia articuladas pelo poder e pela política: democracia autoritária e a emergência de uma democracia ecosocialista. No estado liberal, com o qual estamos acostumados a conviver, a democracia autoritária concebe como política apenas a dimensão central do poder onde se dá a relação vertical Estado-Cidadão. Nesta forma política, o Estado é cúmplice do sistema econômico e exerce relações de dominação, ou autoritárias, sobre o cidadão. O Estado tem o monopólio do poder político articulado com os interesses econômicos hegemônicos, cujo princípio regulador, neste momento, é o mercado. Esta articulação aprofunda desigualdades e injustiças na relação entre cidadãos (horizontal) e destes com o Estado (vertical). Muitas das políticas exercidas sob a égide do poder resultam na destruição do meio ambiente, no aumento da dívida externa, no consumismo compulsivo e nas decisões rigidamente estabelecidas. As relações de poder autoritárias podem levar ao imperialismo cultural.

A concepção da democracia que leva à emancipação compreende as relações de autoridade compartilhada, o processo de negociação, o processo

de participação. O processo de participação envolve a instrumentalização do cidadão pelo acesso ao conhecimento reflexivo e à própria prática da democracia em ato, nas diferentes esferas da ação humana. Ao dar-se conta de que o futuro já é o presente, a construção da alternativa paradigmática ecosocialista, envolve a reflexão constante e a operacionalização de alternativas sociais (inovação institucional) - para Boaventura esta é a procura da democracia sem fim.

O deslocamento da ótica vertical do poder e da política para a ótica horizontal, significa o reconhecimento das diferentes subjetividades de classe, de cidadania, de nacionalidade, de etnia, de raça e tantas outras. Ou seja, a relação horizontal permeia a relação vertical, o local e o regional e o global em regime de tolerância às diferenças e maior “razoabilidade” das ações e de suas conseqüências.

Politizar, nesta circunstância, significa identificar as relações de poder e transformá-las em relações de autoridade partilhada.

4. Inovação: a zona cinzenta de transição

Para Santos (1994, p.298) o debate sobre a questão de transição paradigmática “destina-se a desenvolver o campo das alternativas sociais práticas e a convocar as instituições educacionais para participar ativamente nesta tarefa examinando e investigando por igual os paradigmas em confronto”. Na perspectiva do debate, a pesquisa inovação pretende contribuir com a sua parcela de reflexão sobre os conhecimentos que podem estar se produzindo na universidade em “zonas cinzentas” de transição. O caso de educação Popular aqui referenciado mostra esta possibilidade.

Como vimos nos conflitos expostos, a zona cinzenta se caracteriza por ser um espaço intermediário de intersecção, de sobreposição, misto, onde as diferenças se negociam tendo a perspectiva das necessidades e da dignidade humana como valor supremo. No campo do conhecimento e da subjetividade se encontram na zona cinzenta o homem uni e o pluridimensional, onde conflito epistemológico se entende também como conflito psicológico. Dentro do conflito entre o paradigma capitalista expansionista e o ecosocialista a zona cinzenta se mostra como uma sobreposição onde a tensão do consumismo individualista se defronta com as necessidades humanas do consumo solidário.

A tensão ocorrida na zona cinzenta poderá produzir a inovação e subjetividade e cidadania emancipadas. Para tal, o conflito poder e política tem papel decisivo. Neste, a zona cinzenta fica claramente situada pelo

atravessamento do eixo vertical da relação Estado-Cidadão pelo eixo horizontal da relação cidadão-cidadão, configurando a possibilidade da democracia sem fim, onde relações de poder se transformam em relações de autoridade compartilhada.

5. Cidadania, subjetividade e emancipação na zona cinzenta

Para inferir o que seriam a subjetividade e a cidadania na zona cinzenta, optamos por deduzi-la das diferentes concepções políticas tanto liberal e neoliberal como do socialismo real. No quadro abaixo delineamos estas inferências, sob o tema da política Pós-Moderna Inquietante proposta por Santos (1994):

Cidadania E Subjetividade Em Diferentes Concepções Políticas (Santos, 1994)

POLÍTICA LIBERAL/NEOLIBERAL	POLÍTICA SOCIALISMO REAL	EM DIREÇÃO A UMA POLÍTICA PÓS- MODERNA/INQUIETANTE
Cidadania formal e reguladora	Cidadania estatizante e reguladora	Cidadania democrática, emancipatória
Cidadania passiva e privativista	Cidadania totalitária e burocratizante	Cidadania ativa, social e substantiva
Cidadania produtivista e consumista/razão instrumental	Cidadania produtivista/razão instrumental	Cidadania ecológica/razão humanística
Subjetividade individual e individualista/autismo social	Subjetividade coletivista/detrimento dos diferentes indivíduos	Subjetividade coletiva e individual/criatividade e autonomia(relativa)
Subjetividade regulada e reguladora	Subjetividade regulada e reguladora/prescritiva	Subjetividade subversiva e propositiva
Subjetividade = razão científica(fraco potencial emancipatório)	Subjetividade = razão científica(burocratizante e robotizada/prescritiva)	Subjetividade politizada e politizante/ diferentes âmbitos sociais
Subjetividade fragmentada/ base do	Subjetividade homogênea e massificadora	Subjetividade polifônica/ igualdade sem

liberalismo econômico		mesmidade
Subjetividade auto-centrada e competitiva	Subjetividade reprodutora/não reflexiva	Subjetividade inconformista/reflexiva
Subjetividade empreendedora/individualmente	Subjetividade monumental/classe e o partido	Subjetividade solidária/atravessada pelo espírito público/bem comum

Genro, 1996

A função da zona cinzenta, construto metafórico, seria permitir que no entrelaçamento das concepções, os paradigmas se revelem claramente na sua radicalidade e demonstrem as subjetividades e a conseqüente cidadania que engendram. Nesta circunstância, **o inovador será a possibilidade conquistada de os sujeitos e os grupos sociais, assumirem e defenderem com conhecimento de causa, as posições assumidas. Assumirem a explicitação de suas convicções, assumirem o humano da relação educativa em toda as suas dimensões.**

No primeiro caso em estudo tal possibilidade se revela quando os sujeitos dizem que “clarearam” a proposta e o processo de trabalho; quando assumem a transformação produzida pelo processo e valorizam e ressignificam as coisas - o espaço educativo, e espaço doméstico e o espaço da negociação das diferenças, o espaço de produção, quando percebem o seu auto-fortalecimento, sua função mediadora influenciando na prática não só docente (dos alunos) quanto profissional. Ou seja, o processo inovador que se dá por dentro do espaço universitário e no seu entorno, envolvendo diferentes culturas e diferentes olhares transdisciplinares, constrói conhecimento, subjetividade e cidadania emancipadas.

Tal perspectiva fica clara quando se percebe que a função ensino, e seu corolário aprendizagem, se estabelece em múltiplas possibilidades de articulação entre saberes, entre níveis cognitivos e afetivos resgatando uma visão de homem pluridimensional.

Bibliografia

- BRAGA, A. ; GENRO, M. ; LEITE, D. **A universidade Futurante:** inovação entre as certezas do passado e as incertezas do futuro. (No prelo)
- SANTOS, B. S. **Introdução a uma Ciência Pós-moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. **Um discurso sobre as ciências.** 7^a ed. Porto, Portugal: Afrontamento, 1989.
- _____. O social e o político na transição pós-moderna. **Lua nova** Revista de cultura e política, vol. 31, pp. 181-207, Cedec, São Paulo, 1993.
- _____. **Pela Mão de Alice:** o social e o político na transição pós-moderna. 3^a ed. Porto, Portugal: Afrontamento, 1994.

Anexo 1

Estado-Providência na transição paradigmática

Disposições transitórias

- 1) Garante igualdade de condições aos paradigmas rivais, com uma condição de contradição e uma condição de competição. Na contradição procura esclarecimento analítico e normativo do que os separa. Na competição, procura articulação dos paradigmas com a experiência subjetiva dos indivíduos e dos grupos para criar a subjetividade intrínseca de cada um. No espaço-tempo doméstico opõe divisão sexual patriarcal do trabalho e comunidade eco-feminista doméstica. No espaço-tempo da produção opõe unidades capitalistas de produção e unidades eco-socialistas de produção.
- 2) Apóia igualmente os dois tipos de produção, para explicitar seus resultados de produção e os valores de subjetividade que engendram. Conflito entre paradigma comunista, individualista e paradigma das necessidades humanas e do consumo solidarista - espaço-tempo da produção.
- 3) Promove e assegura o conflito intelectual e social dos paradigmas para que sejam testados e conquistem adeptos. Conflito entre paradigma da obrigação política vertical e paradigma da obrigação política horizontal - espaço-tempo da cidadania.
- 4) Cria e promove estruturas de menor escala, descentralizadas, locais, através da larga escala e centralismo organizativos existentes. Visa a redistribuição das prerrogativas próprias do estado. No espaço-tempo da cidadania explicita a dimensão comunitária do espaço público, pelo conflito entre comunidades fortaleza e comunidades de fronteiras.
- 5) Contrapõe a pluralidade e a permeabilidade das identidades, confrontando os dois paradigmas. No espaço-tempo mundial o conflito é entre o desenvolvimento desigual com soberania excludente e o desenvolvimento democraticamente sustentável com soberania reciprocamente permeável. Os Estados negociam a perda da sua soberania a favor das organizações internacionais e não governamentais para realizar as tarefas eco-socialistas transnacionais.